# PARTE C

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

### Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

**Despacho n.º 18553/2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, das funções de adjunta do meu Gabinete, a mestre Maria Miguel de Sá Rebelo Pereira.

2 — O presente despacho produz efeitos a 8 de Novembro de 2010.

7 de Dezembro de 2010. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

30752010

### Agência Nacional para a Gestão do Programa Juventude em Acção

**Despacho n.º 18554/2010**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 12.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2007, de 20 de Julho e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delego na Directora-Adjunta Maria Manuela Reis Costa a titularidade e manuseamento conjunto de todas as contas bancárias afectas à Agência Nacional.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2010.

4 de Novembro de 2010. — O Director, *Pompeu Miguel Noval da Rocha Martins*.

204045759

### Instituto Português da Juventude, I. P.

**Despacho n.º 18555/2010**

Nos termos do disposto no artigo 2.º da Portaria n.º 662-J/2007, de 31 de Maio, conjugado com o artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio para o exercício do cargo de Subdirector Regional do Norte do Instituto Português da Juventude, I. P., na sequência de concurso e da proposta do júri, o licenciado Vítor Prada Pereira, do mapa de pessoal da Escola Secundária Emídio Garcia.

Em anexo nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

Lisboa, 6 de Dezembro de 2010. — A Presidente, *Helena Maria Guimarães Sousa Alves.*

**Nota curricular**

Nome — Vítor Prada Pereira
Data nascimento — 18 de Agosto de 1960
Naturalidade — Bragança
Nacionalidade — Portuguesa
Morada — Bairro do Campelo, Rua de Raul de Lima, Lote 1-2, 1.º esquerdo, centro, 5300-645 Bragança
Email — vitor.pereira@ipj.pt
Habilitações académicas — Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Habilitações profissionais:
Professor do quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária Emídio Garcia, em Bragança;
Delegado do 8.º grupo A da Escola Secundária Emídio Garcia;
Director de turma;
Professor responsável pelos grupos de futebol masculino e feminino da Escola Secundária Emídio Garcia, no âmbito do desporto escolar;
Professor-coordenador do Projecto de Educação para a Saúde (PES);
Professor responsável pelo clube de jornalismo da Escola Secundária Emídio Garcia;
Coordenador do secretariado de exames da Escola Secundária Emídio Garcia;
Presidente da Direcção da Associação Recreativa Cultural e Ambiental de França;
Presidente da Assembleia-geral da Associação Recreativa Cultural e Ambiental de França;
Presidente da Assembleia-geral de compartes dos Baldios da Freguesia de França;
Membro da Assembleia Municipal de Bragança, desde 1997 até à presente data;
Chefe da Delegação Distrital de Bragança do serviço Nacional de Protecção Civil (1996 — 2002);
Dirigente Sindical — 2002 a 2005;
Curso a Modernização da Administração Pública — Afixação de Objectivos — 2005;
Plano Oficial de Contabilidade Publica e Prestação de Contas - 2006;
Delegado Regional de Bragança do Instituto Português da Juventude (2005 — 2007);
Subdirector Regional do Norte do Instituto Português da Juventude, I. P. (2007-2010);
Curso O Novo Regime da Contratação Pública — 2008;
Curso Regime de Vínculos e Carreiras — 2008;
Curso o Novo Sistema de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública — SIADAP — 2008;
Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública — INA;
Frequência no CADAP — Curso de Alta Direcção em Administração Pública;

204047784

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Despacho n.º 18556/2010**

Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e nos despachos n.os 381/2010, do Ministro de Estado e das Finanças, e 4216/2010, do Ministro da Presidência, publicados no *Diário da República,* 2.ª série, n.os 4, de 7 de Janeiro, e 48, de 10 de Março de 2010, respectivamente, é autorizada a celebração do contrato-programa de beneficiação de acessibilidades no concelho de Vila Franca de Xira, com o município de Vila Franca de Xira, com um investimento elegível de € 1 791 930 e comparticipação de € 806 368,50 (45 %) suportada através de uma verba inscrita nos encargos gerais do Estado — transferências para a administração local, na rubrica n.º 08.05.01.F0.A1 — cooperação técnica e financeira.

A presente selecção prende-se com a necessidade de financiar as obras de beneficiação de infra-estruturas que se encontram danificadas e sem condições de normal utilização, indo ao encontro dos objectivos fixados no despacho n.º 14444/2010, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 181, de 16 de Setembro de 2010, que conferem prioridade à elegibilidade dos projectos de desenvolvimento das acessibilidades que reponham o normal funcionamento das mesmas.

Determina-se ainda, a publicação deste despacho, ao abrigo do n.º 7 do artigo 8.º da referida Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, no *Diário da República.*

18 de Novembro de 2010. — O Secretário de Estado da Administração Local, *José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.* — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Emanuel Augusto dos Santos*.

30002010

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**Despacho n.º 18557/2010**

Obtida autorização do Conselho Superior da Magistratura, e nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de

Janeiro, na redacção dada pelas Leis n.os 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugados com o disposto no n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com os artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, é nomeado director-geral da Administração da Justiça, em comissão de serviço, o licenciado António Pedro de Lima Gonçalves, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções, como evidencia o respectivo *curriculum vitae,* publicado em anexo ao presente despacho.

O nomeado pode exercer a opção consagrada no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Dezembro de 2010.

6 de Dezembro de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins.*

### Nota curricular

Dados biográficos:

Nome: António Pedro de Lima Gonçalves;
Categoria: juiz desembargador;
Data de nascimento: 27 de Julho de 1954;
Naturalidade: Guimarães.

Habilitações académicas — licenciatura em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Outras habilitações:

I Curso Normal de Formação de Magistrados Judiciais;
Centro de Estudos Judiciários — 1980-1981;
Frequência do II Curso Jurídico de Regulação Económica (CSM/FDUL, 2006-2007);
Frequência de cursos de pós-graduação em:
Direito da Sociedade da Informação (FDUL, 2006);
Direito da Sociedade da Informação (FDUL, 2007);
Direito da Bioética e da Medicina (APDI/FDUL, 2008);
Propriedade Industrial (APDI/FDUL, 2008).

Percurso profissional:

Auditor de Justiça, de Outubro de 1981 a Setembro de 1982, na comarca de Montemor-o-Velho;
Juiz de Direito, de 28 de Outubro de 1982 a 13 de Setembro de 1998, nas comarcas de:

Coimbra (em regime de estágio, desde 28 de Setembro de 1982 a 26 de Outubro de 1982);
Montemor-o-Velho (em regime de estágio, desde 2 de Outubro de 1982 a 4 de Maio de 1983);
Armamar (desde 5 de Maio de 1983 a 27 de Setembro de 1984);
Penacova (desde 28 de Setembro de 1984 a 29 de Setembro de 1985);
Santarém (desde 30 de Setembro de 1985 a 28 de Janeiro de 1988);
Lisboa (Juízos Cíveis) (desde 29 de Janeiro de 1988 a 13 de Setembro de 1998);

Juiz desembargador, desde 14 de Setembro de 1998, sendo no:

Tribunal da Relação de Lisboa (como auxiliar — desde 14 de Setembro de 1998);
Tribunal da Relação de Évora (efectivo desde 14 de Setembro de 2000 a 12 de Setembro de 2003);
Tribunal da Relação de Lisboa (desde 13 de Setembro de 2003).

Outros cargos/funções:

Juiz formador nas comarcas de Santarém e Lisboa,
Inspector judicial desde 4 de Novembro de 1998 a 3 de Novembro de 2006;
Membro do grupo de trabalho com vista à informatização da jurisprudência do Tribunal da Relação de Lisboa desde 1 de Janeiro de 2008;
Inspector-geral dos Serviços de Justiça, desde 13 de Março de 2009.

Vários:

Actividade de conferência, no âmbito da formação inicial e complementar, no Centro de Estudos Judiciários, subordinada aos temas:

Em Direito Civil e Direito Processual Civil:

«Concurso de Credores e Verificação de Créditos»;
«Ética e Deontologia Profissional».

204045337

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

### Despacho n.º 18558/2010

No quadro das medidas de extinção, fusão e reestruturação de organismos e entidades da Administração Pública programadas pelo Conselho de Ministros e anunciadas à Assembleia da Republica no relatório da proposta de lei de Orçamento do Estado para o ano de 2010, encontra-se prevista a reorganização de diversos serviços do Ministério da Cultura.

A fusão da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) com a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) é uma das medidas cuja adopção se considerou desejável por propiciar importantes ganhos de eficiência na gestão de recursos humanos, financeiros e logísticos, bem como a execução integrada dos objectivos estratégicos do Ministério da Cultura.

Com vista à celeridade e ao sucesso do processo de reorganização é aconselhável que o mesmo seja conduzido, em ambos os organismos, de forma uniforme e coerente, que potencie uma transição para o novo modelo não só eficaz mas também que se reflicta o mínimo possível nas tarefas fundamentais exercidas pelos dois serviços e que continuarão a ser exercidas pelo organismo que vai resultar desta fusão.

Considerando a fase em que se encontra o processo de reorganização, torna-se necessário que este seja conduzido, ao nível dos dois organismos, por um único dirigente máximo, em acumulação de cargos e sem acumulação de remunerações.

Assim, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Cultura e, ainda, no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2007, de 29 de Março, que aprovou a Lei Orgânica da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, e ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 16.º, no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.os 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, sem acumulação de remunerações, para exercer as funções de director-geral da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, em acumulação com o cargo que vem exercendo de director-geral da Biblioteca Nacional de Portugal, o mestre José Jorge da Costa Couto cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários para o desempenho do cargo em que é investido.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 30 de Novembro de 2010.

6 de Dezembro de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — A Ministra da Cultura, *Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas.*

### Síntese curricular

José Jorge da Costa Couto (Ponta Delgada, 1951).

Assistente convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Licenciado em História e mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo defendido a dissertação subordinada ao tema «O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu património (1759-1777)». A sua tese de doutoramento, intitulada «Os bens da Companhia de Jesus na Capitania-Geral de Pernambuco (do Ceará a Alagoas): Aquisição, confisco e alienação (1552-1808)», encontra-se em fase final de redacção.

Lecciona, desde 1985-1986, as cadeiras de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e de História do Brasil na referida instituição universitária. Foi professor visitante em diversas universidades estrangeiras, designadamente brasileiras e chilenas.

Coordenou a Área de Ciências Humanas e Sociais da Enciclopédia Açoriana. Dirigiu a participação portuguesa das edições espanhola e brasileira da Enciclopédia Multimédia ENCARTA da Microsoft (1996-1997). Comissário científico, entre outros, da exposição «O Descobrimento do Brasil (1998)», do projecto multimédia interactivo «As viagens dos portugueses (Brasil)», contributo da Biblioteca Nacional para o Programa Internacional Bibliotheca Universalis (2000-2001) e da exposição «A expulsão dos Jesuítas dos Domínios Portugueses. 250.º aniversário (2009)». Coordenador científico do «Colloque International 200e anniversaire de l'arrivée de la famille royale portugaise au Brésil» (Paris, 2008).